



A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA GESTÃO MUNICIPAL DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES.

Daniela Cima Cardoso

Helenara Silveira Fagundes

RESUMO

A proposta de estudar a atuação dos profissionais Assistentes Sociais enquanto gestores municipais da Política Pública de Assistência Social buscou explorar este campo de atuação que tem requisitado um número cada vez maior de profissionais do Serviço Social, haja vista suas habilidades técnico-operativa, teórica-metodológica e seu conhecimento sobre a política pública de assistência social.

Palavras-chave: Serviço Social, Gestão e Exercício Profissional.

ABSTRAC

The proposal of studying the performance of social assistance professionals as municipal managers of the Public Policy of Social Assistance sought to explore this field of activity that has requested a growing number of Social Work professionals, given its technic-operative skills, theoretic-methodological and their knowledge about the public policy of social assistance.

Keywords: Social Work, Management and Professional Practice

Este texto, foi construído para subsidiar a elaboração da dissertação de mestrado que discutiu o tema da gestão municipal da política de assistência social enquanto espaço de atuação profissional, com vistas a reconhecer este espaço enquanto meio de possibilidades de universalização de direitos, através de uma perspectiva de gestão democrática.

Cabe-nos de antemão destacar o uso da categoria exercício profissional, partindo da premissa que esta categoria se constitui de uma totalidade formada pelas três dimensões da profissão: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, e suas expressões: interventiva, investigativa e formativa, que mantém uma relação de unidade, apesar de suas particularidades (SANTOS, SOUZA FILHO, BACKX, 2012).

Pensar o exercício profissional a partir dessas três dimensões coloca a possibilidade de entender o significado social da ação profissional – formativa, interventiva e investigativa. Pensá-las de modo articulado e orgânico, mas reconhecendo a particularidade de cada uma permite entender o papel da teoria como possibilidade, uma vez que leva ao conhecimento da realidade, indica caminhos, estratégias, bem como o instrumental técnico operativo que deve ser utilizado e como deve ser manuseado (SANTOS, SOUZA FILHO, BACKX, 2012:18).

Frisamos que nosso caminho foi trilhado na exploração principalmente da dimensão técnico operativa da profissão, obviamente sem desconsiderar as outras duas dimensões do Serviço Social: ético-política e teórico-metodológica, o que se expressa como esforço contínuo de construção teórica e prática de grande complexidade. De acordo com teóricos que discutem a dimensão técnico operativa (MIOTO, SARMENTO, PRÉDES), existe a efetiva necessidade de que se tenham cada vez mais pesquisas que abordem a temática da dimensão técnico operativa da profissão de Serviço Social, entretanto o exercício profissional neste sentido deve ser visto como elemento que condensa as três dimensões da profissão.

[...] isto não significa dizer que é um assunto que margeia o esquecimento no debate profissional [...] mas também, não é possível afirmar que esta discussão esteja ganhando centralidade como objeto de preocupação dos principais pesquisadores da área e/ou das instituições onde realiza pesquisa em Serviço Social (SARMENTO, 2009: 01).

Ao discutir a dimensão técnico operativa do Serviço Social temos que tomar cuidado para não cair num discurso de exploração de técnicas, instrumentos e estratégias da profissão em seu cotidiano. Como afirma Iamamoto apud Mioto (1999:52) é necessário enfrentar o desafio de transitar da bagagem teórica acumulada ao enraizamento da profissão na realidade sem reduzir esse debate ao tecnicismo.

Discutir a dimensão técnico operativa do Serviço Social implica reconhecer a sua complexidade dada pela diversidade de espaços sócio-ocupacionais nos quais os profissionais transitam e pela própria natureza das suas ações nos diferentes âmbitos do exercício profissional, como, por exemplo, a proposição e formulação de políticas sociais, ou o atendimento direto aos usuários em diferentes instituições e programas sociais (MIOTO:2009).

Assim, se faz importante e necessário para a própria profissão discutir os espaços do exercício profissional, que relações estabelecemos, que reflexões fizemos, como deixamos impressas as marcas da profissão, quais os diálogos que estabelecemos e como estamos

lidando com este espaço de gestão que nos é direcionado, e deste modo avaliar e aprofundar a discussão sobre a nossa atuação.

[...] a discussão não pode ficar limitada ao dever ser. (...) na maioria das vezes, se tem uma representação da prática, se diz o que se deve fazer como se existissem manuais para este pensar e fazer. Não estou à procura do que está escrito em um manual e, muito menos do que se fala sobre a prática, mas do que se faz [...] (Tragtenberg apud Sarmiento:1978).

Historicamente a atuação dos profissionais Assistentes Sociais se consolida em espaços de instituições públicas, privadas, entidades socioassistenciais. Sendo o Estado o maior empregador de profissionais assistentes sociais (Iamamoto, 2011:425). No âmbito do Estado, os profissionais atuam nas esferas municipais, estaduais e nacional, tal espaço foi conquistado pela profissão principalmente a partir da década de 1990. Inicialmente, as(os) profissionais eram contratadas(os) apenas para a operacionalização das políticas públicas/sociais, dado o amadurecimento e reformulação que o Serviço Social passou no sentido da sua perspectiva teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativo as(os) profissionais se deslocaram ao âmbito do planejamento e gestão das políticas públicas.

Para Trindade (2012), os assistentes sociais têm desempenhado atribuições relacionadas à execução direta de serviços sociais, estabelecendo contato imediato com os usuários. Entretanto, segundo esta mesma autora, os profissionais também participaram da organização institucional destes serviços, principalmente a partir dos anos de 1940, quando foram incorporados às grandes instituições de política social.

[...] essa inserção profissional nas esferas administrativo- organizacionais das instituições de políticas sociais não é propriamente uma novidade, pois o Serviço Social tem uma expansão de seu mercado de trabalho, nos anos de 1970, também para atender uma demanda semelhante. Entretanto, trata-se de um novo contexto das políticas sociais descentralizadas e municipalizadas (TRINDADE, 2012:95).

Cabe destacar que foi na década de 1980, que o projeto de ruptura alterou o discurso teórico-metodológico da profissão, tanto no espaço acadêmico quanto na produção científica. Neste mesmo período os profissionais começaram a organizar-se politicamente e expandiu-se por todo o país associações e sindicatos dos Assistentes Sociais (SILVA, 1995). O Serviço Social buscando romper com sua história conservadora e aprimorar sua intervenção começa a discutir de forma qualificada categorias como Estado, Instituição e Política Social com fortes influências das teorias Marxistas. Portanto ao romper com vertentes conservadoras o Serviço Social volta seu olhar para uma totalidade social e não mais para uma visão micro-social.

Nos anos de 1990 os profissionais do Serviço Social começam a movimentar-se, para construir novas formas de intervenção. Este movimento é fruto das mudanças

estruturais ocorridas no Brasil no período da Ditadura Militar e que deixaram marcas profundas no cenário político social brasileiro. E, é neste contexto, que o Estado propõe políticas sociais assistencialistas e fragmentadas para atender as questões mais emergenciais da população. Para lamamoto (1998) a década de 1990 foi de fato importante para o Serviço Social brasileiro e trouxe através de seu Código de Ética visibilidade a profissão:

[...] salto de qualidade em sua autoqualificação na sociedade. Essa adquiriu visibilidade pública por meio do Novo Código de Ética do Assistente Social, das revisões da legislação profissional e das profundas alterações verificadas no ensino universitário na área. (...) houve, também, um adensamento do mercado editorial e da produção acadêmica. (...) Os assistentes sociais ingressaram nos anos 90, como uma categoria que também é pesquisadora, reconhecida, como tal, pelas agências de fomento (lamamoto, 1998:51).

Este processo favoreceu a conquista entre tantas outras, de novos patamares de atuação profissional, o qual destacamos a gestão das políticas sociais e públicas como importante espaço de atuação profissional, com a atribuição de promover a socialização de informações e o fortalecimento de ações que dialoguem com a população usuária dos serviços socioassistenciais.

Na trajetória da constituição, de movimentos e de desenvolvimento dos direitos sociais da população brasileira é sempre notória a presença de profissionais Assistentes Sociais nestes processos. No período dos anos de 1980, onde o país passava por intenso processo de disputas democráticas que culminou com a promulgação da Constituição Federal de 1988, os profissionais buscavam novas formas de atuação aliadas a um projeto societário ligado aos movimentos sociais, com vistas à democratização dos espaços públicos, na constituição de uma cultura de participação popular e controle social. E na luta pela incorporação da Assistência Social enquanto política de seguridade social.

A constituição de 1988 foi promulgada em uma realidade onde os compromissos do país do ponto de vista econômico estavam em sentido contrário as suas determinações. Se o contexto impõe um Estado responsável pelas políticas de seguridade social, os compromissos indicam a saída do Estado desse campo, encaminhando-o ou para a ótica privada ou para a filantropia. Foi nesse embate que a assistência social adquiriu o status de política social pública, afiançadora de direitos (Couto: 2010:186).

Portanto, neste intenso campo de disputas históricas sociais, estão os profissionais do Serviço Social e cada vez mais está assumindo cargos de gestão, basicamente na formulação, execução e controle da implantação do Sistema Único de Assistência Social. Em 2004 atendendo ao cumprimento das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, o Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS aprovou a Política Nacional de Assistência Social que em seu escopo desenhava a perspectiva de implantação de um Sistema Único para a Assistência Social, o SUAS. Sendo que no ano de 2011 a

Presidenta Dilma Rousseff sanciona a Lei n.º 12.435/2011¹ que institui e regulamenta o Sistema Único de Assistência Social no Brasil.

O SUAS é constituído pelo conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito da assistência social prestados diretamente – ou através de convênios com organizações sem fins lucrativos -, por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo poder público (YAZBEK apud BRASIL, 2008:97).

A gestão vem ganhando destaque no SUAS principalmente para sua efetiva implementação, com vistas a consolidação de um sistema que promova protagonismo, potencialize autonomia e garanta direitos sociais.

A gestão, no caso do SUAS, é central para a efetividade do sistema e, para que se consolide, será fundamental utilizar os referenciais do planejamento participativo e pautar-se na premissa da democratização dos espaços e na garantia de direitos sociais universais e emancipadores (COUTO, 2009:216).

O debate do assistente social enquanto gestor ainda é recente e tem ecoado principalmente com a organização da política de assistência social em um sistema descentralizado e participativo que é o SUAS. Com sua organização e padronização em serviços, programas, projetos e benefícios, os cargos de gestão protagonizam importante papel na consolidação da política pública de assistência social.

Neste debate cabe destacar como foram as primeiras aproximações do Serviço Social com a gestão. De acordo com estudiosos (Nogueira 2007, Filho; Oliveira, 2012) o campo da administração, das organizações e da gestão começa a ganhar certa visibilidade no Serviço Social a partir da década de 1980, com os movimentos de reconceituação e ruptura pelo qual a profissão estava passando.

De acordo com Rosa (2008) a atuação do Serviço Social na gestão tem seu registro no estudo do Serviço Social de empresa, campo de trabalho que foi firmando-se de forma gradativa e não somente no Brasil, mas nos demais países da América Latina, dos Estados Unidos e na Europa.

É importante destacar que a Administração e o Serviço Social são dois campos de objetos distintos, pois o Serviço Social tem como seu objeto a questão social e suas múltiplas expressões e a Administração, ou gestão, define-se como [...] modo racional e calculado de ordenar os meios para atingir resultados (Nogueira, 2007:30).

[...] o fundamento da gestão ou da administração é a noção de racionalidade, isto é, o uso da inteligência, da razão, para encontrar os meios mais adequados com vista à realização de resultados. Estes são definidos como objetivos a alcançar, ao passo que os meios dizem respeito às pessoas, aos

¹ Esta Lei regulamenta o SUAS e também altera alguns dispositivos da LOAS – Lei – Lei n.º 8.742/1993.

modos e aos recursos que garantem a conquista dos objetivos (NOGUEIRA, 2007:31).

Isso pode significar um problema para os analistas sociais, mas para o pensamento administrativo é uma virtude, pois [...] idealmente, burocracia é administração profissional que visa, por meio da racionalização e do controle do trabalho, a eficiência e maximização de resultados (Nogueira, 2007:78).

A história denota que toda a organização da estrutura de gestão pública do Brasil, visou atender um projeto que mantivesse a dominação das classes subalternas e para que deste modo efetivasse os interesses de uma minoria. Desta maneira, evidencia-se que a [...] configuração estatal e a burocracia criadas e desenvolvidas no Brasil foram precárias para proporcionar a universalização de direitos (FILHO, 2013:217).

Sendo assim, os gestores deverão ser lideranças capazes de atuar na gestão pública como agentes potencializadores na adesão do projeto democrático de sociedade e de gestão que se pretende [...] o gestor público deve ter competência teórico-metodológica, ético-política e técnico-operacional tanto para analisar os movimentos da economia, da política, da sociedade e de seus grupos e indivíduos (FILHO, 2013:225).

Para FILHO (2013) a proposta aos profissionais assistentes sociais que atuam na gestão pública é assumir a categoria “administração pública democrática”, ou seja, aquela que tem como finalidade a equidade, a justiça social, a participação política, *accountability*² e democracia “numa orientação de universalização e aprofundamento dos direitos” (FILHO, 2013:220). De acordo com este autor, esta orientação é que irá distinguir uma proposição democrática da gestão pública de uma abordagem meramente tecnicista ou centrada no mercado.

De acordo com Nogueira (1998) no atual contexto, do ponto de vista da gestão e de seus operadores, o essencial numa proposta de construção contra-hegemônica ao neoliberalismo não está na apreensão de tecnologias gerenciais, mas sim na qualificação das pessoas para atuar na fronteira entre a técnica e a política.

Na proposta de um Sistema Único de Assistência Social, destaca-se a gestão como um dos eixos centrais para sua consolidação, o papel do gestor público ganha maior evidência e a fronteira citada por Nogueira (1998) aparece de forma mais precisa. Para Yazbek (2008) temos no processo de gestão do SUAS o papel de politizar e dar visibilidade aos interesses da população usuária da assistência social no país, sabendo que não basta tão somente a alta qualidade técnica de nosso trabalho, pois corremos o risco de sermos bons gestores despolitizados. De acordo com esta mesma autora a difícil tarefa esta [...] em construir o político no social. Construir hegemonia (YAZBEK apud BRASIL, 2008:129).

² Termo sem tradução exata para o português, que remete à obrigação de membros de um órgão administrativo ou representativo de prestar contas a instâncias controladoras ou a seus representados (FILHO, 2013).

A Política Nacional de Assistência Social, na perspectiva do SUAS, introduz mudanças profundas nas referências conceituais, na estrutura organizativa e na lógica de gerenciamento e controle das ações na área (YAZBEK apud BRASIL, 2008). Neste momento aparece como eixo estruturante o papel do gestor público como agente importante na consolidação da política e efetivação do sistema.

Gestores comprometidos, assumindo a perspectiva da universalização e aprofundamento de direitos, estarão rompendo com a gestão pública voltada para o atendimento das demandas do mercado e olhando os sujeitos em sua condição coletiva, integrantes de uma totalidade social. Portanto, assumir esta posição, pressupõe o compromisso com as classes subalternas.

Os profissionais assistentes sociais gestores devem aliar seus princípios éticos profissionais aos princípios éticos norteadores dos trabalhadores da assistência social, sendo que para a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos as respectivas profissões deverão no seu exercício profissional ao elaborar, implantar e implementar padrões, rotinas e protocolos específicos, para normatizar e regulamentar a atuação profissional por tipo de serviço socioassistencial os seguintes princípios: defesa intransigente dos direitos socioassistenciais, compromisso em ofertar serviços, programas, projetos e benefícios de qualidade que garantam a oportunidade de convívio para o fortalecimento de laços familiares e sociais, promoção aos usuários do acesso a informação, garantindo conhecer o nome e a credencial de quem os atende, proteção à privacidade dos usuários, observado o sigilo profissional, preservando sua privacidade e opção e resgatando sua história de vida, compromisso em garantir atenção profissional direcionada para construção de projetos pessoais e sociais para autonomia e sustentabilidade, reconhecimento do direito dos usuários a ter acesso a benefícios e renda e a programas de oportunidades para inserção profissional e social; incentivo aos usuários para que estes exerçam seu direito de participar de fóruns, conselhos, movimentos sociais e cooperativas populares de produção, garantia do acesso da população a política de assistência social sem discriminação de qualquer natureza (gênero, raça/etnia, credo, orientação sexual, classe social, ou outras), resguardados os critérios de elegibilidade dos diferentes programas, projetos, serviços e benefícios, devolução das informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-las para o fortalecimento de seus interesses, contribuição para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os usuários, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados.

Acreditamos que os profissionais assistentes sociais tem todo um aporte teórico metodológico, ético político e técnico operativo que lhes dão respaldo no seu exercício profissional. Somos profissionais que a priori, teríamos as condições de romper com a rotina institucional e assim poderemos buscar apreender o movimento da realidade para detectar

possibilidades. Nunca é demais afirmar que não faremos mágicas ou que resolveremos todos os problemas, mas podemos possibilitar novos caminhos. Neste sentido é importante a desvinculação quase que messiânica da profissão, onde boas moças resolvem os problemas da pobreza e também evitar o fatalismo histórico, onde a realidade já estaria definida na história, isto nos traz a acomodação, dando a profissão uma mediocridade profissional.

Dada as dimensões da profissão e a apreensão destas por partes dos profissionais, poderíamos dizer que o assistente social por ter visão da totalidade social conseguiria perceber o movimento dialético e os diferentes projetos societários que envolvem o setor público, deste modo com todo seu aporte poderia criar diferentes formas de articulação para promover a participação da população, mas é preciso que neste caminho encontre profissionais que estejam na mesma sintonia de atuação que ele.

É fundamental que a ação do Serviço Social impulse e amplie o movimento que se organiza em torno da defesa, garantia e universalização de direitos, propondo novas estratégias para o enfrentamento das demandas sociais, no interior do aparato institucional aonde os assistentes sociais são cada vez mais requisitados a transcender funções operacionais para desempenhar papéis de formulação e gestão de políticas e programas sociais. Assim, tanto na formulação como na gestão é essencial que sejam construídas estratégias de participação e discussão das políticas, dos programas e dos serviços.

São os cargos de gestão que dão o tom do trabalho, é a gestão que articula a rede socioassistencial, que faz a gestão do recurso e que de acordo com sua visão seja ela crítica social ou não, possibilita os vínculos com os usuários e implementa a metodologia de atendimento nos mais variados espaços.

Para todo esse enredo mais uma vez reforça-se a necessidade de um profissional que saiba como utilizar todo seu conhecimento da realidade social e perceba na sua dimensão prática o “reinventar” da sua ação.

Na gestão pública, podemos dar alguns indicativos que contribuem para um exercício profissional mais próximo dos usuários, é importante dizer que assistentes sociais gestores podem contribuir também para melhorias significativas nas condições de intervenção de profissionais assistentes sociais desta mesma política. Apoiando-nos em GIMENEZ; ALBANESE (2005), os assistentes sociais na gestão pública atuam como articuladores e negociadores dos interesses das classes subalternas por intermédio do Estado para atender e responder de maneira efetiva as condições essenciais ao exercício da cidadania. Contudo, algumas mazelas que se vinculam ao modo como é organizado o setor estatal no que se refere à consolidação histórica de um Estado autoritário, a desarticulação da sociedade civil aliados a uma cultura de serviços que não revela os interesses da administração pública, dificultam a construção da cidadania. E, com isso o desestímulo a participação em espaços

que possam protagonizar a fala dos usuários como conferências municipais, audiências públicas, aliados a uma cultura de serviços que não agrega e que não acolhe, dificultam a construção da cidadania e a transformação da visão que a população de modo geral tem do serviço público.

O que está em questão, é a busca constante pela exata medida entre a evolução técnica-operativa e a conseqüente profissionalização dos quadros dirigentes e operadores da política de assistência social e a politização necessária que permeia desde a concepção até a defesa intransigente dos direitos daqueles que utilizam os serviços, mas também, a própria política para a mediação entre as classes e entre estas e o Estado. A busca pela qualificação técnica aliada a politização constitutiva da política é evidente nesse momento de implantação e implementação do SUAS, o que é um avanço, mas também um risco (YAZBEK apud BRASIL, 2008: 129).

Há de se considerar que temos grandes avanços da profissão no sentido da emancipação e protagonismo dos sujeitos. Acreditamos que profissionais assistentes sociais coesos e que consigam através de sua instrumentalidade pensar de forma crítica o cotidiano que aliena tanto profissionais como usuários, fará a diferença em qualquer espaço de intervenção profissional. Trata-se de estimular um trabalho profissional que não se limite as fronteiras das instâncias institucionais e que saiba de forma crítica reflexiva ultrapassar as barreiras limitadoras, tendo consciência de que sua própria ação é importante, porém insuficiente.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. DESAFIOS DA GESTÃO DO SUAS NOS MUNICÍPIOS E ESTADOS. Vol.2. Brasília: 2008. In: YAZBEK, Carmelita. **Estado, Políticas Sociais e Implementação do SUAS**. Vol.2. Brasília: 2008.

COUTO, Berenice Rojas. O Sistema Único da Assistência Social – SUAS: na consolidação da Assistência Social enquanto política pública. In: CRUZ, Lílian Rodrigues da; GUARESCHI, Neuza (orgs.). **Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

_____. Berenice Rojas. O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA NOVA FORMA DE GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL. In: **Concepção e Gestão da Proteção Social Não Contributiva no Brasil**. Brasília. Jun. de 2009.

_____. Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?**. 4ed. São Paulo: Cortez. 2010.

FILHO, Rodrigo de Souza. **ESTADO, BUROCRACIA E PATRIMONIALISMO NO DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA**. Tese de Doutorado. UFRJ. Rio de Janeiro: 2006.

_____. Rodrigo de Souza. **Gestão Pública & Democracia: A Burocracia em Questão**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

GIMENEZ, Helena Navarro; ALBANESE, Kelli Regina. **Os dilemas éticos contemporâneos a partir da prática de estágio**. Curso de Serviço Social, 6º Período. PUCPR. Curitiba, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. Marilda Vilela e CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 13 ed. Ed. Cortez. São Paulo: 2000.

_____. Marilda Vilela. **O Serviço social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 5. Ed. São Paulo, Cortez, 2001.

_____. Marilda Vilela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **SERVIÇO SOCIAL EM TEMPO DE CAPITAL FETICHE: Capital Financeiro, trabalho e questão social**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MENEGASSO, Maria Ester. **Organizações e serviço social**. Revista Katálysis. Florianópolis: UFSC, v.5 n.3, p. 107-114, jul./dez.2002.

MIOTO, Régina Célia Tamasso. LIMA, Telma Cristina Sasso. **A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco: sistematização de um processo investigativo**. *Revista Textos & Contextos Porto Alegre* v. 8 n.1 p. 22-48. jan./jun. 2009.

NOGUEIRA. A. M. **Teoria da Administração para o século XXI**. São Paulo: Ática Universidade, 2007.

ROSA. J.S. da. **A matéria Administração e Planejamento na Matriz Curricular do curso de Serviço Social**. Dissertação Mestrado em Serviço Social – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. BACKX, Sheila. GUERRA, Yolanda (orgs.). A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. In: TRINDADE, Rosa Lúcia Prêdes. **Ações Profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. BACKX, Sheila. GUERRA, Yolanda (orgs.). A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. In: GUERRA, Yolanda. **A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: questões para reflexão**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012.

SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. **INSTRUMENTAL TÉCNICO E O SERVIÇO SOCIAL**. In: Simpósio de Juiz de Fora – MG. p. 1-17;2009.

Silva e Silva, M. Ozanira (coord.) **O Serviço Social e o popular**: resgate teórico metodológico do projeto profissional de ruptura. São Paulo, Cortez, 1995.

TRAGTENBERG, Maurício. A Delinquência Acadêmica. Folhetim, Folha de São Paulo, São Paulo, 03/12/1978.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade**. 2009.